

Risco político do governo Bolsonaro aumenta com crise no PSL

Por **Murillo de Aragão** - 25 de outubro de 2019



ADRIANO MACHADO / REUTERS

Spread the love

Briga com partido prejudica votações das pautas do Planalto no Congresso e pode ter impacto na CPMI das Fake News

Ao dar as costas para o **PSL**, seu partido, o presidente **Jair Bolsonaro** transformou o **Congresso** em um campo minado. Os flancos abertos vão além da votação de propostas que têm impacto fiscal, como as mudanças na Previdência dos militares e a reforma administrativa, e resultam em riscos políticos, como a condução dos trabalhos da CPMI das **Fake News**.

A briga com o PSL ainda abre caminho para o grupo conhecido como centrão — composto por partidos como PSD, PP, PL, Solidariedade e Podemos — ampliar sua força política e, consequentemente, ditar os rumos de pautas do governo no Legislativo.

Para além dos votos de cada parlamentar do PSL, que tem a segunda maior bancada da Câmara, com 53 deputados, o governo precisa de uma base forte para a articulação política em favor de seus interesses e contra investidas de adversários. Pressionar pela inclusão de seus projetos na pauta de votações é uma das tarefas dos defensores do governo no Congresso. Outro exemplo é a costura de acordos políticos para evitar a convocação de ministros e pessoas próximas a

Bolsonaro. O presidente, porém, conflagrou uma guerra com o PSL se queixando publicamente de Luciano Bivar, presidente da sigla. A bancada do partido na Câmara se dividiu entre apoiadores dos dois.

A ofensiva do grupo de Bivar já começou na CPI das Fake News, que ganhou o apelido de “CPI do Fim do Mundo”, devido ao amplo espectro de alvos, que vão desde representantes de empresas de telefonia até youtubers. O PSL destituiu da comissão parlamentar de inquérito os dois principais defensores de Jair Bolsonaro por lá: Caroline de Toni (SC) e Filipe Barros (PR). Os dois vinham fazendo barulho contra a aprovação de requerimentos da oposição. Um deles é para convocar o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), filho do presidente e responsável por sua estratégia digital.

Os adversários de Bolsonaro querem aproveitar a atual crise para avançar nas apurações, que, para eles, podem chegar à campanha eleitoral do presidente.

Outro fator de preocupação para o governo é a CPI dos Tribunais Superiores, gestada por um grupo de senadores eleitos com a bandeira do combate à corrupção e moralização das instituições públicas, e apoiada pelas redes bolsonaristas na internet. A comissão ainda não saiu do papel por falta de adesão e pela articulação política contrária do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Agora, deputados do PSL rompidos com Bolsonaro prometem angariar apoios para a criação dessa CPI.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) é acusado de atuar, ao lado do governo, para enterrá-la. O Executivo não quer abrir uma crise com o Judiciário. Flávio é suspeito da prática de “rachadinha” — embolsar parte do salário de funcionários em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio. A investigação está suspensa por decisão liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli.

Na agenda econômica, o potencial de desgaste do governo já foi sentido na última semana. Na terça-feira, o líder do PSL, Delegado Waldir (GO), removeu dois “bolsonaristas” da comissão especial da reforma da Previdência dos militares: o próprio líder do governo, Vitor Hugo (GO), e o General Girão (RN).

Em lugar deles, entraram Waldir e Antônio Nicoletti (RR), que defendem uma proposta da comissão de que os praças e cadetes das Forças Armadas tenham os mesmos benefícios salariais vistos no projeto para oficiais-generais. Para se explicar, Waldir diz que é “discípulo” de Bolsonaro na defesa dos militares.

– (A crise no PSL) torna as coisas mais difíceis. Essa base, que era pequena, ficou menor — diz o líder do PSD, André de Paula (PE).

A crise eclodiu no momento em que o governo se prepara para enviar uma reforma administrativa que enxugue o tamanho da máquina pública. A ideia de alterar as regras de estabilidade de servidores deve enfrentar resistências entre parlamentares ligados a militares, como os do PSL.

Votações passadas

O centrão vê na crise do PSL uma oportunidade de ampliar sua força política na Câmara, hoje estimada em 150 parlamentares, atraindo os dissidentes. Presidente do Solidariedade, o deputado Paulinho da Força (SP) diz que uma maior aproximação com a ala do PSL ligada a Bivar é, para o centrão, “uma tendência natural”.

— Já tínhamos uma boa relação com o Bivar e com o Delegado Waldir. Agora, vamos ampliar essa relação e quem sabe até incluí-los nas nossas reuniões — diz, referindo-se a encontro de líderes do centrão no qual são articuladas pautas prioritárias e posicionamentos em votações.

Segundo um levantamento da consultoria Arko Advice, o PSL, com 53 deputados, é o segundo partido mais fiel ao governo neste ano. O primeiro é o Novo, que tem oito deputados. Na prática, portanto, a base do Executivo é o partido do presidente. Parlamentares do PSL votaram com o governo em 82,4% das vezes este ano.

Na reforma da Previdência, por exemplo, todos os deputados do PSL votaram favoravelmente, assim como na proposta de manter o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Justiça com Sergio Moro. Na derrubada dos vetos da lei do abuso de autoridade, a bancada também foi fiel, com raras exceções como Flávio Bolsonaro, que votou para derrubar quatro vetos do pai.

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e o fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia , BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma , Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York) . Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor do seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), ‘Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.
